



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	09010001446/14	15/09/2014 14:10:12	NUCLEO BELO HORIZONTE

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00313508-4 / MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA		2.2 CPF/CNPJ:	
2.3 Endereço:		2.4 Bairro:	
2.5 Município: BELO HORIZONTE		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 30.315-000
2.8 Telefone(s):		2.9 E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00313508-4 / MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA		3.2 CPF/CNPJ:	
3.3 Endereço:		3.4 Bairro:	
3.5 Município: BELO HORIZONTE		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 30.315-000
3.8 Telefone(s):		3.9 E-mail:	

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Lote 10 Quadra F		4.2 Área Total (ha): 0,1000	
4.3 Município/Distrito: BRUMADINHO/Piedade do Paraopeba		4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 25955 Livro: 2 Folha: 01 Comarca: BRUMADINHO			
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6):	Datum:	
	Y(7):	Fuso:	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio São Francisco	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está (X) não está () inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza (X) não se localiza () em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 30,54% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		0,0233	ha	
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		0,0233	ha	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Mata Atlântica				0,1000
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária Médio				0,1000
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SIRGAS 2000	23K	604.350	7.767.150
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Outros	Constuição de Residência			0,0233
Total				0,0233
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
OUTRAS ESPECIES NAO ESPECIFIC.	Pau Pereira, Canzil, JacarandáPaul	1,97	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):	(dias)			
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.2 Especificação da inserção do imóvel em área prioritária para conservação: Extrema.

5.4 Especificação: APA Sul da RMBH.

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Baixa.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

1. Histórico:

" Data da formalização: 12/09/2014

" Data da vistoria: 18/06/2015

" Data do pedido de informações complementares: 17/05/2015 e 06/07/2015

" Data da entrega das informações complementares: 08/05/2015; 28/07/2015

" Data da emissão do parecer técnico: 29/02/2016

2. Objetivo:

É objeto deste parecer, a análise técnica referente ao Processo nº 09010001446/14 cuja intervenção ambiental solicitada é a supressão de vegetação nativa com destoca em uma área de 233,11 m² visando a implantação de residência unifamiliar.

3. Caracterização da propriedade:

O lote 10 da quadra F localizado na Alameda Azaleias no condomínio Jardins "Recanto da Serra 2ª secção", Distrito de Piedade do Paraopeba, município de Brumadinho, possui área total de 1000 m².

O solo de ocorrência no local é classificado como Latossolo e a topografia é suavemente inclinada a plana. A vegetação natural é classificada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária em estágio médio de regeneração e está distribuída por todo o lote. Encontram-se espécies tais como, Cedro (*Cedrela fissilis*), Copaifeira (*Langsdorffia*), Sucupira (*Bowdichia virgilioides*), Jacarandá, Pau Jacaré, Canela (*Ocotea pretiosa* (nees) Mez), Capitão, Aroeirinha (*Lithraea molleoides* (Vell.) Engl.), Pororoca, Araçá, Ipê Amarelo (*Tabebuia* spp.), entre outros. Não foi observada a presença de nascentes ou curso d'água no lote e proximidades. A área está inserida na APA Sul RMBH de Uso Sustentável. A vegetação no entorno encontra-se em bom estado de preservação, com boa cobertura vegetal, contudo apresenta-se também, de certa forma, antropizado. Por se tratar de loteamento urbano e ainda que exista um considerável percentual de vegetação, como um todo, existem também ruas de acesso às casas, construções já realizadas dentro do condomínio e novas construções, que de forma geral vem aumentando a pressão sobre a flora e fauna local.

Segundo a publicação do IBRAM - Contribuição do IBRAM Para o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Planejamento Ambiental De Municípios Integrantes Da Apa Sul Rmbh . O lote está inserido na zona CR3, Biótopo 7.2.2.3 -Condomínios ou loteamentos, em iniciação. Este Biótopo é caracterizado por núcleos urbanos e habitações em contexto rural, condomínios e loteamentos. Tem como principais vantagens, a permeabilidade e a alta taxa de cobertura vegetal além de ser uma região com bons atrativos para mão de obra para atuação nos condomínios, entretanto ressalta-se que os empreendimentos implantados nesta área dever ser estruturados de forma a conservar características ambientais primitivas da área, mantendo boa taxa de cobertura vegetal e implantando sistemas de drenagem adequados, de forma a não provocar processos erosivos e potencializar a capacidade de permeabilidade já existente no local.

Segundo o ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais, a área é classificada conforme a seguir:

- Bioma: Mata Atlântica
- Vulnerabilidade Natural: Baixa
- Classificação: Floresta Estacional Semidecidual Montana;
- Prioridade de Conservação: Média
- Prioridade de Conservação da Flora (Biodiversitas): Extrema
- Prioridade de Conservação da Fauna (Biodiversitas): Especial

Reserva Legal:

A propriedade encontra-se em área urbana, sendo assim, dispensada de averbação de reserva legal.

APP:

A área requerida não está inserida em APP.

Autorização para Intervenção Ambiental:

A área requerida para intervenção, 233,11m², localiza-se na região central do lote, apresentando também um corredor de acesso à Alameda Begônias, localizado a 15 metros da esquina com a Alameda Azaleias. Possui topografia suavemente inclinada a plana e está coberta por Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária em estágio Médio de regeneração. No ato da vistoria não foram observadas espécies animais endêmicos ou raros na área de intervenção. No interior do lote foi levantada ocorrência de 13 indivíduos de Ipê Amarelo, espécie protegida por lei específica. Serão suprimidos dois indivíduos presentes na área requerida para intervenção, os quais serão compensados conforme PTRF apresentado. Os demais indivíduos de *Tabebuia alba* presentes no lote estão fora da área de intervenção e não deverão ser suprimidos.

Foi firmado um Termo de Compromisso de Compensação Florestal entre a requerente e o IEF, aonde a proprietária se compromete a preservar uma área de 766,89m² no próprio lote, em cumprimento ao Art 17 da Lei 11.428/06.

O rendimento lenhoso proveniente da supressão de vegetação será de aproximadamente 2 m³. O produto / subproduto vegetal oriundo da supressão será utilizado na propriedade conforme requerimento.

Total de Intervenção requerida: 0,023311 ha (233,11m²), Localização: E=604350 m e N=7767150 m, DATUM SIRGAS 2000.

4. Possíveis Impactos Ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente:

-Supressão de vegetação nativa: causa a exposição do solo, facilitando processos erosivos; afugenta a fauna, diminuindo sua área de alimentação e refúgio.

-Medidas mitigadoras: contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços; não realizar a supressão em período noturno e não fazer uso de fogo; realizar resgate de ninhos e epífitas com monitoramento de profissionais habilitados e realocá-los na área verde do condomínio; preservar as áreas remanescentes (não realizar a limpeza do sub-bosque e não gramar); fazer o plantio de espécies nativas nas áreas remanescentes, como enriquecimento da vegetação, utilizando espécies que sirvam de alimentação à fauna; implantar as construções imediatamente após a supressão, diminuindo o tempo de exposição do solo, e adotar técnicas e medidas de controle para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos.

-Impermeabilização do solo: impede a infiltração da água, aumentando o escoamento superficial.

-Medidas mitigadoras: implantar calhas nos telhados e captar a água em caixas para utilização posterior em irrigação de jardins e outras atividades. Nas áreas e vias externas, utilizar pisos que permitam a infiltração das águas.

-Outras medidas: Dar aproveitamento ao material lenhoso oriundo do desmatamento legal e ao solo orgânico; adotar técnicas e procedimentos necessários à destinação adequada dos resíduos gerados durante a atividade.

Tomadas as devidas medidas de controle, não deverão ocorrer impactos ambientais significativos no local, considerando a vegetação, solo e fauna, os itens mais vulneráveis às ações antrópicas para este caso.

Conclusão:

Do ponto de vista técnico, e em conformidade com a legislação ambiental, somos pelo deferimento dessa solicitação de intervenção ambiental no lote 10 da quadra F localizado na Alameda azaleias no condomínio Jardins "Recanto da Serra, 2ª seção", Distrito de Piedade do Paraopeba - município de Brumadinho, propriedade de Maria da Conceição Costa, sendo a área passível de aprovação, 233,11 m², com a finalidade de implantação de residência unifamiliar. Em caso de aprovação da solicitação pela COPA fica esclarecido ao requerente e aos demais, que a autorização contempla apenas intervenção em vegetação nativa na área requerida.

Ressalta-se que para quaisquer outras intervenções deverá ser obtida a devida licença.

5. Validade:

Validade do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental: 2 anos.

Condicionantes (Medidas Mitigadoras e Compensatórias Florestais):

O documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Item 01: contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços, realizando resgate de ninhos e epífitas, relocando-os na área verde do condomínio. A supressão da vegetação não deve ser feita no período noturno e nem com utilização de fogo.

Prazo: quando da realização da supressão.

Item 02: Apresentar cópia do Termo de Compromisso de Compensação Florestal - TCCF firmado com o IEF, explicitando as medidas compensatórias a serem executadas como condição para realizar a intervenção ambiental.

Prazo: Pré requisito para inclusão do processo na pauta da COPA..

Item 03: fazer o plantio de espécies nativas nas áreas remanescentes, como enriquecimento da vegetação, utilizando espécies que sirvam de alimentação à fauna.

Prazo: 2 anos.

Item 04: implantar as construções imediatamente após a supressão, diminuindo o tempo de exposição do solo, e adotar técnicas e medidas de controle para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos.

Prazo: por ocasião da supressão.

Item 05: implantar calhas nos telhados e captar a água em caixas para utilização posterior em irrigação de jardins e outras atividades. Nas áreas e vias externas, utilizar pisos que permitam a infiltração das águas.

Prazo: Durante a construção da residência.

Item 06: adotar técnicas e procedimentos necessários à destinação adequada dos resíduos gerados durante a atividade.

Prazo: por ocasião da supressão e construção da residência.

Compensação por supressão de espécies protegidas por lei e imunes de corte:

Conforme a lei 20.308/2012, deverá ser feito o plantio de dez mudas da espécie *Tabebuia alba* (ipê amarelo) de acordo com o PTRF apresentado. O cronograma de execução e acompanhamento de cinco anos, apresentado no PTRF, contempla a determinação contida no Art 2º §3º da Lei 20.308/12.

Será feito o plantio de duas mudas na área de compensação florestal do próprio lote, averbada na matrícula 25.955, e as oito mudas restantes serão plantadas na área verde do condomínio. Desta forma, entende-se que o local de plantio das mudas atende os ditames do Art 2º §4º da Lei 20.308/2012.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

MARCOS VINICIUS MENESES VIEIRA - MASP: M-1378816-1

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 18 de junho de 2015

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

-

17. DATA DO PARECER